

# A Carência de Jornalismo Investigativo nos Jornais Impressos de Teresina, Piauí<sup>1</sup>

## The Lack of Investigative Journalism in Newspapers from Teresina, Piauí

Juliana Alice Alves Dias<sup>2</sup>

**Resumo:** A prática do jornalismo investigativo tem diminuído nos jornais impressos brasileiros, nas últimas décadas. Especificamente no estado do Piauí, há pouquíssimos estudos nessa área. O presente trabalho analisa se os jornais impressos de Teresina, Piauí (Diário do Povo, Meio Norte e O Dia), praticam tal modalidade. Para alcançar esse objetivo, foram utilizados o método da Análise de Conteúdo (AC) e a técnica do questionário. A amostra desta pesquisa reúne 102 reportagens publicadas pelos três jornais nos meses de maio e junho do ano de 2013. Ao final, constatamos a falta de reportagens investigativas nos referidos jornais. Tal resultado pode contribuir para fomentar a discussão acerca dessa modalidade em nível local, bem como estimular a sua prática, que pode trazer inúmeros benefícios para a sociedade.

**Palavras-Chave:** Jornalismo Investigativo. Jornais Impressos. Diário do Povo. Meio Norte. O Dia.

**Abstract:** The practice of investigative journalism has declined in Brazilian newspapers in recent decades. Specifically in the state of Piauí, there are few studies in this area. This paper analyzes whether the newspapers from Teresina, Piauí (Diário do Povo, Meio Norte and O Dia), practice this modality. To achieve this goal, we used the method of Content Analysis (CA) and the technique of the questionnaire. The sample of this research comprises 102 reports published by three newspapers in the months of May and June 2013. Finally, we note the lack of investigative reports in those newspapers. Such a result can contribute to promote the discussion about this modality at the local level, as well as stimulate their practice, which can bring many benefits to society.

**Keywords:** Investigative Journalism. Newspapers. Diário do Povo. Meio Norte. O Dia.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no I Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, realizado na Universidade Anhembi-Morumbi, cidade de São Paulo, entre 24 e 26 de julho de 2014.

<sup>2</sup> Graduada em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e graduanda em Direito na Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: julianaalicedias@hotmail.com.

.....

## 1 Introdução

O jornalismo investigativo mostra sua força à medida que contesta as versões oficiais, expõe como as coisas funcionam na prática e reconstrói acontecimentos importantes, trazendo à tona informações que, do contrário, permaneceriam ocultas. Quando bem feita e alinhada aos princípios éticos da profissão, uma investigação jornalística pode contribuir para mudanças sociais significativas.

Por seus métodos diferenciados, o jornalismo investigativo tem mais chances de revelar a verdade que grupos de poder tentam esconder. Ele pode, então, auxiliar a imprensa no cumprimento de suas funções sociais, contribuindo para a transparência e eficiência dos serviços públicos, bem como para o fortalecimento da cidadania de um modo geral. Por isso, argumenta-se que a imprensa não pode abrir mão de investigar, embora esse papel caiba, precipuamente, ao Estado.

Em que pese sua enorme importância, trata-se de uma modalidade que carece de estudos. Segundo Nascimento (2010), o jornalismo investigativo retrocedeu no Brasil, nas últimas décadas. Esse problema afeta particularmente o jornalismo impresso, sendo preciso que as redações repensem o lugar da investigação dentro desses veículos. “A rigor, com exceção dos domingos, o espaço da imprensa diária para reportagem é pouco” (LOPES; PROENÇA, 2003, p. 49).

Portanto, faz-se necessário discutir mais a prática do jornalismo de investigação. No estado do Piauí, especificamente, apenas dois estudos mais recentes enfocam a produção de matérias investigativas por veículos de comunicação locais. Um deles (LUZ, 2012) chegou a apontar a incidência de duas reportagens investigativas no jornal O Dia, o mais antigo do estado. Porém, entendemos que tal classificação foi feita sem que se estabelecessem critérios rigorosos.

Assim, o objetivo deste trabalho é verificar se o jornalismo investigativo está presente nos jornais impressos teresinenses (Diário do Povo, Meio Norte e O Dia), tendo em vista serem os mais importantes do Piauí. Integram a amostra desta pesquisa as reportagens locais

publicadas por esses jornais nos meses de maio e junho do ano de 2013 – período escolhido aleatoriamente. Partimos do pressuposto de que a incidência do jornalismo investigativo nesses periódicos é muito pequena. Para obtenção dos dados, adotamos a Análise de Conteúdo (AC) e questionários.

## **2 Especificidades do Jornalismo Investigativo**

A professora Cleofe Sequeira (2005) define o jornalismo investigativo como uma categoria autônoma, com características próprias. Mas, outros autores, como o professor e jornalista Leandro Fortes (2012), consideram essa vertente um modo de fazer, de maneira que suas técnicas podem ser usadas em qualquer tipo de jornalismo, seja ele econômico, político, etc..

Embora o conceito de jornalismo investigativo provoque divergências, para a maioria dos estudiosos, o que diferencia essa vertente das demais formas de fazer jornalismo é a metodologia empregada pelo repórter, que foge do trabalho usual das redações, o conteúdo da matéria e seus objetivos.

Essa atividade contrasta, por exemplo, com o jornalismo de denúncia, que apenas reproduz o conteúdo de inquéritos, relatórios, dossiês, etc., e com o jornalismo declaratório, baseado tão somente em declarações das fontes de notícia.

Assim, é importante destacar que não se faz jornalismo investigativo apenas com declarações de autoridades ou levantamentos e investigações de agentes externos à redação, como a polícia, o Ministério Público e órgãos de auditoria. Uma reportagem só pode ser considerada investigativa se é o próprio jornalista quem busca os dados, checa e documenta os fatos. Informações provenientes de outros setores podem ser excelentes pontos de partida, mas, nesse tipo de jornalismo, não devem ser um fim em si mesmas, exigindo-se esforço pessoal do repórter no processo de investigação.

Essa modalidade enfoca, principalmente, denúncias de corrupção e irregularidades no poder, mas seu espectro é amplo, podendo abarcar vários tipos de assunto, como questões relacionadas à miséria, atentados aos direitos humanos, temas policiais, etc., ou até mesmo resgatar uma parte da história encoberta. Erroneamente se associa essa atividade apenas a

escândalos. Fortes (2012) entende que até mesmo assuntos corriqueiros podem se transformar em uma investigação, bastando que o repórter disponha de boas técnicas.

Para Lopes e Proença (2003), o principal objetivo dessa modalidade é a busca da verdade oculta, isto é, revelar a verdade que alguns segmentos tentam esconder da sociedade. Desse modo, o foco do jornalismo investigativo é o ocultado, o escondido ou sonogado, e não simplesmente o oculto, o desconhecido. O jornalismo investigativo visa também:

[...] promover reformas; expor injustas; desmascarar fraudes; [...] detectar quais instituições não cumprem os seus deveres; demonstrar como funcionam os organismos públicos; dar informações aos leitores sobre os políticos e suas intenções e reconstituir acontecimentos importantes. (LOPES; PROENÇA, 2003, p. 14-15).

A fim de alcançar esses objetivos, o repórter precisa recorrer a métodos especiais, como a infiltração no centro dos acontecimentos e o uso de câmeras e microfones ocultos, além de fontes anônimas (ou em *off*<sup>3</sup>).

Embora o presente artigo não se proponha a discutir questões éticas, vale ressaltar que alguns desses recursos são alvos de vários questionamentos. Quando realiza a infiltração, o repórter pode tanto omitir sua identidade, o que é considerado lícito, como utilizar uma identidade falsa – o que implica atribuir-se nome ou características, como idade e profissão, que não condizem com a realidade, ou seja, passar-se por outra pessoa. O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (FENAJ, 2007), em seu artigo 11, inciso III, só admite o uso de identidades falsas, de câmeras escondidas e microfones ocultos “nos casos de incontestável interesse público e quando esgotadas todas as outras formas de apuração”. Contudo, utilizar identidade falsa é crime, previsto em lei, assim como o uso de gravações ocultas pode ferir o direito individual à privacidade.

Alguns estudiosos observam também que o trabalho de investigação costuma seguir algumas etapas, apesar de cada reportagem requerer métodos específicos. Conforme Sequeira (2005, p. 154), as fases em que se processa uma matéria investigativa são:

---

<sup>3</sup>*Off*, segundo Mello (2003), “é a informação fornecida ao jornalista com o compromisso de que a fonte não seja identificada”.

a busca de um novo tema, o estudo de viabilidade do tema, o estudo aprofundado do assunto em questão pelo repórter, a criação de um projeto de trabalho, a fase de apuração (documental e com fontes) e cruzamento de informações, a redação e a edição/publicação.

Os norte-americanos Kovach e Rosenstiel (2003) dividem a reportagem investigativa em três tipos: reportagem investigativa original, reportagem investigativa interpretativa e reportagem sobre investigações.

A reportagem investigativa original é a denúncia clássica, que revela informações inéditas e requer que o próprio repórter seja o descobridor dos fatos. Já a reportagem investigativa interpretativa traz à tona um elo desconhecido entre fatos já conhecidos. Ela é capaz de contrariar fatos tidos como verdade histórica. Um exemplo é a publicação, nos Estados Unidos, em 1971, dos chamados *The Pentagon Papers*. O jornal *New York Times* obteve e interpretou documentos secretos do governo, apontando que este havia mentido à população sobre o desempenho de suas tropas na guerra do Vietnã. Por último, a reportagem sobre investigações baseia-se no que dizem as fontes oficiais; são elas que investigam, não o repórter (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003).

Esse último tipo é controverso. Para alguns acadêmicos, ele não constitui jornalismo investigativo, pois prescinde do trabalho ativo do jornalista na investigação. Nesse ínterim, Nascimento (2010, p. 4) enfatiza que “jornalismo investigativo só existe quando há investigação e quando quem investiga é o próprio jornalista [pois] há uma grande diferença entre descobrir uma irregularidade e descobrir que alguém descobriu uma irregularidade”.

Dessa classificação, depreende-se que essa modalidade não necessariamente denuncia o que vai mal. Ela pode redundar, por exemplo, num viés mais interpretativo, ajudando a contextualizar um fato, de modo a revelar uma realidade social mais ampla.

## 2.1 Obstáculos ao Jornalismo Investigativo

A literatura sobre jornalismo investigativo aponta para o abandono ou arrefecimento dessa modalidade no Brasil. Dentre os fatores responsáveis por esse quadro, estão dificuldades econômicas, a linha empresarial das organizações jornalísticas e a própria rotina

produtiva das redações, quando prevalecem a velocidade da notícia e a concorrência acirrada entre os veículos.

Antes de tudo, faz-se necessário que as empresas jornalísticas estejam dispostas a apoiar empresarialmente esta atividade. Mas ocorre que o jornalismo investigativo é uma atividade cara, que demanda, quase sempre, grandes investimentos, viagens, trabalho em equipe – vários jornalistas durante período indeterminado dedicados a uma mesma pauta. A tendência à contenção de gastos e a pressão dos fechamentos acabam sendo inibidores dessa prática. Outro complicador é o risco de processos judiciais, que podem ter altos custos e comprometer o funcionamento dessas empresas. Assim, diz Sequeira (2005), o jornalismo investigativo é um artigo incomum nos jornais diários e destoa da engrenagem das redações.

Ao longo da semana, a agenda midiática é cheia: são muitos eventos políticos, coletivas de imprensa, levantamentos. Como aduz Dines (1986 *apud* SEQUEIRA, 2005), criou-se nas redações de todo o país uma cultura de cobrir esses eventos quase que à exaustão, ocupando equipes inteiras. O resultado é que resta pouco espaço para uma genuína investigação jornalística.

Lopes e Proença (2003), ao citarem Arbex, afirmam que o principal problema é o fato de a mídia brasileira estar subjugada à elite, o que torna alguns temas intocáveis. A dependência da publicidade oficial e o medo de perseguição política também dificultam a prática do jornalismo investigativo, especialmente no caso de veículos de pequeno porte. Em geral, quando as empresas não dispõem de uma situação econômica estável, compromete-se a independência editorial e, conseqüentemente, torna-se quase impossível praticar o jornalismo de investigação.

Quesada (*apud* SEQUEIRA, 2005) acrescenta problemas como a militância política e o duplo emprego do jornalista – trabalhar ao mesmo tempo no setor público e na empresa de comunicação privada. Na sua opinião, estes fatores fazem com que certos grupos e empresas estejam fora da “mira inquisitiva” do jornalismo investigativo.

Escoteguy (*apud* FORTES, 2012) cita, ainda, a internet e a parceria entre imprensa e Ministério Público e Polícia Federal, que repassam o resultado de suas investigações a jornalistas. Ele argumenta que, com isso, os repórteres têm deixado de ir a campo e de fuçar

pautas. Na sua visão, a internet, que poderia auxiliar sobremaneira os trabalhos de investigação, continua subaproveitada e também contribui para o comodismo dos jornalistas.

Todavia, o jornalismo investigativo começa a encontrar espaço fora da mídia tradicional. Um novo tipo de organização jornalística está se difundindo em alguns países, como a Agência Pública, no Brasil. Com apoio financeiro de grupos independentes, formam-se equipes que produzem grandes reportagens investigativas. Depois, esses centros vendem ou liberam gratuitamente essas matérias para a grande mídia, que republica o conteúdo. Por isso é que, se as condições continuam adversas, é possível que esse sistema altere profundamente o contexto em que se pratica o jornalismo de investigação.

### **3 Escolhas Metodológicas**

Nesta pesquisa, empregamos, sobretudo, o método da Análise de Conteúdo (AC), que, conforme Herscovitz (2007), permite fazer inferências sobre conteúdos veiculados pela mídia, enquadrando-os em categorias. Assim, pudemos confrontar o teor das matérias selecionadas com os elementos característicos do jornalismo investigativo. A confiabilidade da AC está no fato de que as categorias levam diferentes pesquisadores a um mesmo resultado (FONSECA JÚNIOR, 2005).

Além da AC, aplicamos questionários à autora de uma das reportagens e aos editores-chefes dos jornais analisados, em busca de informações complementares.

A amostra desta pesquisa são as reportagens locais publicadas por esses periódicos no período de maio e junho de 2013, perfazendo um total de 102 matérias, sendo 26 do jornal Diário do Povo, 45 do Meio Norte e 31 do O Dia. Esse recorte se justifica porque o jornalismo investigativo se enquadra como um tipo de reportagem. Empregamos aqui o conceito de Lage (2010), que concebe a reportagem como um texto jornalístico que levanta antecedentes, investiga e explora temas específicos.

A escolha recaiu sobre as reportagens locais, deixando de fora as nacionais e internacionais. Também foram descartadas as não assinadas ou atribuídas a outros veículos de comunicação e aquelas que integram alguns suplementos e cadernos específicos: MetrÓpole, Empreender, Super TV, Cinema em Dia e Curumim, no Jornal O Dia; Negócios,

Notícia da TV, Vida, Piauí, Infantil e *Inside*, no Meio Norte; e Diário da TV, no Diário do Povo, além dos classificados dos três jornais. Isso porque percebemos, empiricamente, que esses elementos não comportariam reportagens investigativas, em virtude do seu conteúdo e proposta diferenciados, voltados, por exemplo, para o entretenimento.

Recolhida a amostra, estabelecemos duas categorias para isolar reportagens que possuam indícios de jornalismo investigativo. Essas categorias foram definidas de maneira rigorosa, com base em amplo referencial teórico, explanado nas seções anteriores.

Assim, a amostra foi submetida, primeiro, à Categoria (1). Somente as reportagens que se encaixam neste grupo passaram para a fase seguinte, quando foi aplicada a Categoria (2). Assim, tem-se:

(1) Reportagens com teor de denúncia ou enfoque inédito sobre assunto de domínio público – abrange os dois vieses possíveis do jornalismo investigativo: a denúncia e a interpretação. Reiterando Kovach e Rosenstiel (2003), a denúncia é a reportagem investigativa com informação totalmente original. Já a interpretativa parte de um assunto já conhecido do público, revelando um novíssimo contexto, que alguém pretendia ocultar.

(2) Reportagens que pressupõem iniciativa do repórter na descoberta e comprovação dos fatos – engloba reportagens que não se limitam a declarações, informações em *off* e levantamentos/investigações produzidos por agentes externos à redação, exigindo-se que os fatos estejam documentados.

Convém observar que essa categorização exclui, propositalmente, a reportagem sobre investigações, que, como dito anteriormente, não é ponto pacífico na bibliografia sobre jornalismo investigativo.

Com esses filtros, foi possível chegar a produtos jornalísticos que estavam propensos a configurar reportagens investigativas. Mas, fez-se necessário submetê-los a um novo crivo – este, sim, decisivo –, que constitui a segunda etapa da análise. Passamos a examinar se essas reportagens cumprem uma exigência central do jornalismo investigativo, que se refere ao



processo de trabalho do repórter. Desse modo, a matéria deveria atender os seguintes critérios:

► **Planejamento das estratégias de trabalho** – em que são definidos os métodos e técnicas a serem utilizados na execução da pauta.

► **Emprego de método(s) de trabalho diferenciado(s)** – exemplos: infiltração no centro dos acontecimentos, uso de gravadores e câmeras ocultas, fontes em *off*, etc..

► **Pesquisa minuciosa** – a reportagem baseia-se no máximo possível de informações, resultando de um criterioso processo de checagem e recheagem.

#### 4 O Lugar da Investigação nos Jornais Impressos Teresinenses

Ao fim da primeira etapa das análises, concluímos que, das 102 reportagens analisadas, apenas uma possui **indícios** de jornalismo investigativo: “Imóveis do Minha Casa, Minha Vida são vendidos por menos de R\$ 20 mil” (ANEXO A), veiculada pelo jornal O Dia, no dia 5 de maio de 2013. Ela resistiu a esse filtro pois não se limita a declarações nem a informações em *off* e dá indicativos de que houve empenho dos próprios jornalistas na busca das informações e provas. Destaque-se que não foram encontrados registros nos jornais Meio Norte e Diário do Povo.

Feito isto, executou-se a segunda etapa, avaliando se a matéria retrocitada constitui, realmente, jornalismo investigativo.

A matéria aborda a questão da venda de casas do programa “Minha Casa, Minha Vida”, na zona norte de Teresina, capital do Piauí. Esse tipo de transação é ilegal, tendo em vista que esse programa, vinculado ao Governo Federal, destina-se a pessoas de baixa renda que não possuem moradia. Segundo a reportagem, uma mulher estaria negociando o seu imóvel, no Residencial Vila Nova, por R\$ 20 mil.

O produto jornalístico expõe, portanto, uma ilegalidade. A partir da narrativa, pressupõe-se que houve esforço da equipe jornalística em revelar e, de alguma maneira, comprovar os fatos. Verificou-se, ainda, que esses estão devidamente documentados. Através de questionário (APÊNDICE A), a autora da reportagem, a jornalista Virgiane Passos,

explica que toda a conversa foi filmada com uma caneta espiã. Ela esteve no local acompanhada de um fotógrafo e de um motorista do jornal O Dia. O trio se fez passar por uma família interessada na compra do imóvel. Portanto, a equipe utilizou-se da infiltração. No caso do *off*, atribuiu-se a uma das fontes um nome fictício, provavelmente em nome de sua segurança.

No que tange ao planejamento do trabalho, segundo Passos (2014), “a pauta foi pensada nos mínimos detalhes” e envolveu cinco profissionais, incluindo a editora-chefe do jornal e o editor do caderno que veiculou a reportagem. A repórter esclarece que a pauta surgiu de uma informação repassada por um funcionário do próprio jornal.

Porém, a pauta tomou rumos que não esperávamos. Quando chegamos ao residencial, não encontramos o Lorão (sic), mas sim uma mulher que se identificou como a esposa dele. [...] Nesse momento, achamos que a pauta iria cair. Foi quando, a mulher, a que aparece no vídeo, se disse disposta a vender a casa dela. Nos convidou para entrar, visitamos todos os cômodos, fomos até o quintal e ela disse que o preço seria de R\$ 20 mil. (PASSOS, 2014).

Dessa forma, verificamos que a referida matéria articula denúncia, trabalho ativo de reportagem na busca e comprovação dos fatos, métodos diferenciados e planejamento das estratégias de trabalho. Contudo, não atende ao último dos requisitos, que diz respeito à realização de minuciosa pesquisa. Uma vez recolhidas as informações minimamente necessárias para a matéria, não se fez uma pesquisa adicional, que desse conta de todos os pontos da história. Não houve um aprofundamento das informações, com checagem e recheagem dos dados.

Deste modo, tem-se que, do total de 102 reportagens analisadas, nenhuma se encaixa como investigativa. Observamos, entretanto, que a referida matéria do Jornal O Dia até se aproxima do modelo de jornalismo investigativo, mas peca pela incompletude das informações. Ratificamos que não foram encontrados sequer indícios nos jornais Diário do Povo e Meio Norte. Portanto, considerando-se a amostra e os parâmetros adotados neste trabalho, constatamos a carência de jornalismo investigativo nos jornais impressos teresinenses.

Como vimos, são muitos os fatores que podem limitar a prática dessa modalidade. Pudemos perceber que, nos jornais impressos teresinenses, o formato reportagem está em queda, restringindo-se a determinados dias da semana, especialmente domingos e segundas-feiras. No restante da semana, predominam as notícias, com informações superficiais.

Assim, consideramos que a carência de reportagens investigativas nos jornais analisados está ligada, *a priori*, ao próprio declínio da reportagem. Dentre os fatores que levam a esse quadro, podem estar a rotina produtiva das redações e a tendência à cobertura de eventos e levantamentos.

Durante as análises, nos deparamos com outro problema, que mostra por que a confusão entre jornalismo investigativo e jornalismo de denúncia é tão comum: encontramos inúmeras matérias que, sem um exame acurado, seriam enquadradas como investigativas pelo simples fato de conterem denúncias, sendo reportagens ou não, estando bem fundamentadas ou não.

#### 4.1 O que Dizem os Jornalistas

Buscamos informações complementares aplicando questionários aos editores-chefes dos jornais Diário do Povo, Meio Norte e O Dia, respectivamente, Mussoline Guedes (Apêndice B), Arimatea Carvalho (não respondeu) e Elizângela Carvalho (Apêndice C).

Mussoline Guedes e Elizângela Carvalho reconhecem que a prática do jornalismo investigativo em Teresina, e no Piauí de uma forma geral, é muito incipiente, havendo apenas casos isolados de reportagens desse gênero.

Contudo, segundo Carvalho, editora-chefe do Jornal O DIA, há uma preocupação por parte desse periódico em produzir reportagens investigativas de uma maneira mais sistemática. Ela esclarece que o jornal possui um histórico de importantes investigações, que, inclusive, desencadearam consequências práticas:

Denunciamos o mercado local de prostituição, o que resultou em operação policial meses depois. Denunciamos casa de bingo, fechada dias depois. Denunciamos uma "casa" de aborto, também fechada. Além de muitas outras reportagens realizadas a partir de um trabalho investigativo [...] Podemos citar ainda a venda [de receitas]

azuis, para compra de receitas de medicamentos controlados, no Troca-Troca; e a comercialização da carne de jacaré pelos pescadores do Poti. Também fizemos uma ampla reportagem sobre o serviço cartorário no Piauí que resultou inclusive na aceleração do concurso público para o setor e na ampliação da fiscalização nos cartórios piauienses. (CARVALHO, 2014).

A reportagem sobre o mercado de prostituição, mencionada por Carvalho – Prostituição: Agenciadores atraem ‘meninas’ com proposta de até R\$ 8 mil –, datada de 18 de abril de 2011, levou mais de 10 pessoas à prisão meses depois, acusadas de vários crimes contra a dignidade sexual, inclusive tráfico internacional de mulheres. Os acusados estão respondendo processo e ainda serão julgados.

Entretanto, para a jornalista, há uma série de entraves que dificultam a prática do jornalismo investigativo, como a falta de tempo e os recursos exigidos para a apuração, inclusive profissionais experientes, preparados para lidar com os mais variados tipos de situação.

Já Guedes, editor-chefe do jornal Diário do Povo, falando especialmente da realidade piauiense, entende que o problema está na dependência econômica das empresas jornalísticas em relação ao poder público e nas relações de amizade ou de parentesco que se estabelecem entre eles. “Esses dois fatores fatalmente excluem a prática do jornalismo investigativo dentre as prioridades da empresa [...] Isso tem muito aqui no Piauí” (GUEDES, 2014). Ele lembra que, ao publicarem determinadas reportagens dessa vertente, alguns jornais visam tão somente atingir determinados grupos, longe de pretender prestar um serviço público.

Tanto Carvalho como Guedes afirmam acreditar na importância social do jornalismo investigativo, seja porque combate práticas que causam danos à sociedade, podendo levar à punição dos responsáveis, seja porque conduz a uma sociedade mais consciente de seus direitos e deveres.

Conclui-se que, apesar da carência de reportagens investigativas nos jornais impressos teresinenses, os editores-chefes desses diários têm consciência do grande potencial e da relevância do jornalismo investigativo para a sociedade. Isso reforça também a ideia de que nem só dos jornalistas depende uma prática mais efetiva dessa modalidade, já que a lógica das empresas jornalísticas, com seus interesses particulares, e a rotina de produção da notícia, sob a constante tirania do tempo, dentre outros fatores, obstaculizam esse processo.

## 5 Considerações Finais

O jornalismo investigativo é uma atividade praticamente inexplorada nos jornais impressos de Teresina, Piauí. Em dois meses de publicações diárias, não foi possível detectar a presença de reportagens desse ramo.

Tendo em vista sua inegável importância social, a modalidade investigativa não deve ser um artigo de luxo que rareia em nossos jornais. Importantes investigações jornalísticas alcançam, via de regra, grande repercussão e, em alguns casos, acabam por mobilizar os diversos poderes, bem como a sociedade civil organizada, acarretando mudanças práticas. É por isso que se diz que, quando a imprensa não investiga, perde o jornalismo e perde a sociedade.

A partir das análises e reflexões empreendidas ao longo deste trabalho, indagamos por que essa vertente, que tem oferecido enormes contribuições sociais, mostra-se tão elementar no jornalismo local. Percebemos que os editores-chefes desses periódicos reconhecem a relevância do jornalismo investigativo para a sociedade, mas apontam alguns entraves que barram a sua efetivação, como a dependência político-econômica das empresas de comunicação e a rotina de produção da notícia. Tema que merece novos estudos. O fato é que, sem um contexto democrático, sem independência editorial e sem que as empresas propiciem as condições necessárias, torna-se impossível praticar jornalismo de investigação.

Esperamos, enfim, que se discuta mais a prática dessa modalidade no estado do Piauí, sobretudo pela necessidade de uma imprensa que investigue mais e melhor, que esteja disposta a trazer para o debate público novos temas, novas perspectivas, fruto de um trabalho cuidadoso e consciente do papel social do jornalismo.

## Referências Bibliográficas

**CÓDIGO de Ética dos Jornalistas Brasileiros.** Vitória, ES: Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), 2007. Disponível em: <<http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1811>>. Acesso em: 26 fev. 2014.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FORTES, Leandro. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Contexto, 2012.

HERSCOVITZ, H. G. Análise de conteúdo em jornalismo. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. (Org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2010.

LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia. (Org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LOPES, Dirceu Fernandes; PROENÇA, José Luiz (Org.). **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Publisher, 2003.

LUZ, Luiza Jádna dos S. **O jornalismo investigativo na imprensa piauiense: uma análise a partir das reportagens do jornal O Dia**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) – Faculdade Santo Agostinho, Teresina, 2012.

MELLO, José Guimarães. **Dicionário multimídia: jornalismo, publicidade e informática**. São Paulo: Arte & Ciência, 2003.

NASCIMENTO, Solano. **Os novos escribas: o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2010.

SECRETARIA Especial de Comunicação do Senado. **Manual de Comunicação da Secs**. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/manualdecomunicacao>>. Acesso em: 25 fev. 2014.

SEQUEIRA, Cleofe M. **Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus, 2005.



Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo

I Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo  
Universidade Anhembi-Morumbi, 24 a 26 de julho de 2014

# APÊNDICES

## **APÊNDICE A – Questionário com Virgiane Passos sobre a reportagem “Imóveis do Minha Casa, Minha Vida são vendidos por menos de R\$ 20 mil”**

### **01 - Como surgiu a pauta?**

Um colaborador do Jornal ODIA nos informou que havia uma pessoa (conhecida como Lorão) que estava negociando casas do residencial Vila Nova, que é vinculado ao Programa Minha Casa, Minha Vida.

### **02 - Houve um planejamento do processo de trabalho antes da execução da pauta?**

Sim. A pauta foi pensada nos mínimos detalhes, pois não podíamos apenas dizer que fulano de tal estava vendendo casas que não poderiam ser comercializadas por preço X, nós tínhamos que comprovar para dar sustentação à reportagem.

### **03 - Quantos profissionais estiveram envolvidos nessa reportagem, da pauta à edição final?**

Pelo menos cinco pessoas, a editora-chefe, Elizângela Carvalho, o editor do caderno, Thiago Bastos, eu, o fotógrafo Jailson Soares e o motorista do jornal, seu Ozório.

### **04 - Quem abordou a mulher que aparece no vídeo foram jornalistas? Eles deram nomes falsos? De que maneira foi produzido o vídeo?**

Eu, o fotógrafo e o motorista do jornal saímos da redação em um carro descaracterizado. A ideia era passar para o vendedor das casas que nós éramos um casal a procura de uma residência para morar, e o motorista seria meu pai. Porém, a pauta tomou rumos que não esperávamos. Quando chegamos ao residencial, não encontramos o Lorão, mas sim uma mulher que se identificou como a esposa dele. Ela nos informou que o marido tinha saído exatamente para resolver a venda de umas casas. Nesse momento, achamos que a pauta iria cair. Foi quando, a mulher, a que aparece no vídeo, se disse disposta a vender a casa dela. Nos convidou para entrar, visitamos todos os cômodos, fomos até o quintal e ela disse que o preço seria de R\$ 20 mil. Filmamos toda a conversa com uma caneta espiã, que ficou



posicionada no bolso da camisa do fotógrafo. Nós todos estávamos sem nenhuma identificação também.

**05- Por que razão não se revelou o nome da mulher? E no caso da fonte em *off*, o metalúrgico, qual o motivo de usar um nome fictício?**

No caso da mulher, a edição geral do jornal optou por manter sua identidade em sigilo até mesmo para evitar uma possível retaliação, pois, segundo ela, vinha sofrendo ameaças do marido e por isso queria vender a casa e ir embora com seus filhos. No entanto, passamos tanto a identidade dela, quanto os contatos que tínhamos e as imagens completas para a gerência da Caixa Econômica, que é responsável pela execução do programa Minha Casa, Minha Vida.

**06 - A reportagem envolveu algum tipo de risco para os jornalistas?**

De certa forma sim, porque não tinha como prever a forma que as pessoas iriam reagir diante da nossa investida. Não sabíamos se eles iriam reconhecer a câmera espiã e se poderiam tentar algo contra a gente, nem na hora da execução da pauta e nem depois de veiculada a reportagem com os nossos nomes.

**07 - Que consequências ela desencadeou do ponto de vista dos órgãos responsáveis?**

A Caixa Econômica declarou que iria acionar a Polícia Federal para investigar o caso. Mas não sabemos os resultados da investigação.

**08 - Você classifica essa matéria como jornalismo investigativo? Por quê?**

Acredito que sim. Pois para sua execução, tivemos que seguir alguns rastros soltos das pessoas que estavam comercializando as casas, para conseguirmos checar a denúncia tivemos que nos disfarçar, em nenhum momento as pessoas suspeitas poderiam saber que nós éramos jornalistas e, até então, tudo que a mídia veiculava sobre esse assunto eram especulações de boca a boca, nós fomos lá e comprovamos o fato.

## **APÊNDICE B – Questionário com Mussoline Guedes**

### **01 - O que você entende por jornalismo investigativo?**

Trata-se da modalidade de jornalismo especializada no desvendamento de crimes e casos de corrupção e comportamento antiéticos de autoridades e pessoas públicas, cujas práticas causam danos à sociedade.

### **02 - Na sua opinião, esse tipo de jornalismo possui relevância social? Explique.**

Sim. Não raro a divulgação de crimes e práticas condenáveis de gestores públicos e autoridades, via reportagem, e depois de ampla apuração, estanca os males que esses crimes podem trazer ao público e permite a punição dos responsáveis. Serve também de alerta e intimida outras práticas criminosas, especialmente envolvendo autoridades públicas e bens e recursos públicos.

### **03 - Como você define a linha editorial do jornal do qual faz parte?**

É um jornal com uma postura mais independente (comparando aos outros dois concorrentes), que procura dar um enfoque politizado à notícia, no sentido de esclarecer os fatos e oferecer as informações necessárias para que o leitor tire as conclusões que lhe parecerem mais corretas.

### **04 - Na sua avaliação, os jornais impressos de Teresina produzem jornalismo investigativo? Explique.**

Não. Com exceção de alguns casos isolados, não há, nos nossos três jornais, uma política direcionada para a prática do jornalismo investigativo como o concebemos – a apuração ampla e irrestrita de crimes e casos de corrupção e má conduta de autoridades e pessoas públicas. E os “casos isolados”, quando ocorrem, no mais das vezes atendem a interesses econômicos ou políticos das empresas. Ou seja, não é bem jornalismo investigativo com foco no coletivo/leitor, mas a apuração de fatos e elaboração de matérias de interesse das empresas, com o fim de atingir determinadas pessoas, empresas ou gestores públicos.

**05 - No jornal em que você trabalha, há espaço para o jornalismo investigativo? Em caso afirmativo, cite exemplos. Em caso negativo, explique o porquê.**

A rigor, em todo jornal/veículo de comunicação há espaço para jornalismo investigativo. O problema das empresas de comunicação do Piauí (todas elas) é a dependência econômico/financeira do poder público. E mesmo as que não dependem financeiramente, têm ligações afetivas com as autoridades, políticos e gestores. Esses dois fatores fatalmente excluem a prática do jornalismo investigativo dentre as prioridades da empresa.

**06 - Que fatores, na sua visão, dificultam a prática do jornalismo investigativo?**

A dependência econômico/financeira das empresas de comunicação e as relações de amizade e familiar entre empresários de comunicação e gestores e autoridades dos três poderes. Isso tem muito aqui no Piauí.

**07 - A produção de reportagens está em queda ou ascensão nos jornais impressos locais?**

A produção de grandes reportagens, infelizmente, está em queda nos jornais locais. Eu diria que quase não se vê boas reportagens por aqui, mas “matérias grandes”. Evidentemente que uma “matéria grande” é diferente de uma “grande matéria”.

**APÊNDICE C – Questionário com Elizângela Carvalho****01 - O que você entende por jornalismo investigativo?**

O jornalismo investigativo é a essência da prática jornalística. Reforça o trabalho de apuração e investigação de informações provenientes, ou não, de denúncias recebidas pela Reportagem. É a aplicação responsável da técnica jornalística. Coloca em prática o papel social da imprensa de denunciar, fiscalizar e propor caminhos para os conflitos da sociedade.

**02 - Na sua opinião, esse tipo de jornalismo possui relevância social? Explique.**

Para mim, é o jornalismo em essência. Na medida em que busca noticiar não apenas os problemas de forma "naturalizada", ou seja, como algo corriqueiro, traz à sociedade o exercício do senso crítico necessário ao processo de desenvolvimento de uma sociedade bem informada, consciente de seus direitos e dos seus deveres.

**03 - Como você define a linha editorial do jornal do qual faz parte?**

Buscamos trazer as questões a partir de perspectivas diferenciadas. Primamos pela produção semanal de entrevistas e reportagens que possam contribuir para o amplo debate das mais diversas questões e buscamos a exposição equilibrada dos fatos e dos mais diversos conflitos. Assim, exercemos o Jornalismo ético e responsável no qual acreditamos.

**04 - Na sua avaliação, os jornais impressos de Teresina produzem jornalismo investigativo? Explique.**

Produzem, mas ainda de forma incipiente. Em O DIA, buscamos fazer este tipo de reportagem investigativa de maneira mais sistemática e já obtivemos resultados objetivos a partir da publicação de muitas delas. Denunciamos o mercado local de prostituição, o que resultou em operação policial meses depois. Denunciamos casa de bingo, fechada dias depois. Denunciamos uma "casa" de aborto, também fechada. Além de muitas outras reportagens realizadas a partir de um trabalho investigativo. No entanto, a produção de matérias desta maneira exige tempo, planejamento, preparação e envolvimento de profissionais experientes, que saibam lidar com as mais diversas situações.

**05 - No jornal em que você trabalha, há espaço para o jornalismo investigativo? Em caso afirmativo, cite exemplos. Em caso negativo, explique o porquê.**

Sim. Podemos citar ainda a venda azuis, para compra de receitas de medicamentos controlados, no Troca-Troca; e a comercialização da carne de jacaré pelos pescadores do Poti. Também fizemos uma ampla reportagem sobre o serviço cartorário no Piauí que resultou inclusive na aceleração do concurso público para o setor e na ampliação da fiscalização nos cartórios piauienses.

**06 - Que fatores, na sua visão, dificultam a prática do jornalismo investigativo?**

O tempo necessário para a apuração de muitas dessas matérias e os recursos exigidos para algumas delas.

**07 - A produção de reportagens está em queda ou ascensão nos jornais impressos locais?**

Acredito que este é o caminho dos impressos, mas ainda não percebo a ascensão desejada.



Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo

I Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo  
Universidade Anhembi-Morumbi, 24 a 26 de julho de 2014

# ANEXO

ANEXO A

Página Domingo

Crime em Teresina

Imóveis de Minha Casa, Minha Vida são vendidos por menos de R\$ 20 mil

A negociação ilegal de casas foi flagrada pelo Jornal O Dia e a transferência das residências tem até reconhecimento em cartório

Virgine Passos

Virgine Passos
Repórter
Não faz por menos de R\$ 20 mil. Esse é o preço que uma moradora do Residencial Vila Nova, situado na zona Norte de Teresina, paga pela venda de sua casa. A negociação, finalizada pela equipe de reportagem do O Dia, é ilegal segundo o governo federal.



Moradora do Residencial Vila Nova, zona Norte de Teresina, é uma das facilitadoras flagradas pelo reportagem de O Dia

ADH orienta beneficiários sobre ilegalidade em negociações de unidades habitacionais

De acordo com a assessora técnica da Agência de Desenvolvimento Habitacional (ADH) Vivian de Sousa Batista, os beneficiários de programas habitacionais, como o Minha Casa, Minha Vida e o Pro-Moradia, são orientados desde a contratação para não vender suas unidades antes de serem entregues.

ODJ

Termina Domingo, 1 de Maio 2013



Caixa lança ação que busca verificação de todos os empreendimentos feitos pelo Minha Casa, Minha Vida, afirma Emanuel Filho

Campanha e controle de qualidade

A Caixa Econômica Federal lançou, há cerca de dois meses, a campanha 'Viva de O Dia na Vida', que incentiva os beneficiários do programa a comprar e manter a qualidade das unidades.

Caixa garante que irá acionar a Justiça e a Polícia Federal

A equipe de reportagem do Jornal O Dia procurou a Superintendência Regional da Caixa Econômica Federal no Piauí...

Domingo Página 5



Desvio de finalidade de residências também pode ser verificado no maior conjunto habitacional do Estado, construído com recursos do Governo Federal, casas chegam a custar até R\$ 12 mil

Cerca de 180 casas já foram negociadas no Jacinta Andrade

O desvio de finalidade das casas que integram o programa federal também pode ser verificado no Residencial Jacinta Andrade, localizado na região da Gramma Santa Maria, zona Norte da capital piauiense.

Especuladores aproveitam ocupações para alugar imóveis

Não são apenas os beneficiários de programas habitacionais do Governo Federal que estão alijados da mão de obra. Outra categoria, que também não precisa de moradia, aproveita-se de ocupações irregulares para alugar os imóveis.

Caixa garante que irá acionar a Justiça e a Polícia Federal

Em acordo com o líder comunitário, é difícil diagnosticar quando se trata de uma ocupação, aquelas pessoas que estão alijadas de sua vida, mas assim que são identificadas e apenadas para serem realocadas para a moradia e não para especuladores de terra.



Morador revela pagar aluguel de R\$ 150 em ponto comercial



O líder comunitário Zé da Cruz denuncia o desvio de finalidade das ocupações em zona Sul de Teresina